

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.060 - SP (2019/0005377-8)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : HILDA RODRIGUES  
**ADVOGADO** : LEOPOLDINA ALECSANDER XAVIER DE MEDEIROS SOLANO E  
OUTRO(S) - SP223103  
**AGRAVADO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por HILDA RODRIGUES, em 09/10/2018, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS.

1. A concessão da aposentadoria por invalidez reclama que o requerente seja segurado da Previdência Social, tenha cumprido o período de carência de 12 (doze) contribuições, e esteja incapacitado, total e definitivamente, para o trabalho (art. 201, I, da CF e arts. 18, I, a; 25, I, e 42 da Lei nº 8.213/91).
2. Idênticos requisitos são exigidos à outorga de auxílio-doença, cuja diferença centra-se na duração da incapacidade (arts. 25, I, e 59 da Lei nº 8.213/91).
3. No que concerne às duas primeiras condicionantes, vale recordar premissas estabelecidas pela lei de regência, cuja higidez já restou encampada pela moderna jurisprudência: o beneficiário de auxílio-doença mantém a condição de segurado, nos moldes estampados no art. 15 da Lei nº 8.213/91; o desaparecimento da condição de segurado sucede, apenas, no dia 16 do segundo mês seguinte ao término dos prazos fixados no art. 15 da Lei nº 8.213/91; eventual afastamento do labor, em decorrência de enfermidade, não prejudica a outorga da benesse, quando preenchidos os requisitos, à época, exigidos; durante o período de graça, a filiação e consequentes direitos perante a Previdência Social ficam mantidos.
4. A perícia médica judicial foi devidamente realizada, por perito qualificado e devidamente indicado pelo juízo, não padecendo de qualquer vício que possa inquiná-la de nulidade. Outrossim, não existe previsão legal para realização de nova perícia médica quando a prova pericial produzida nos autos for desfavorável à pretensão inicial, razão pela qual o pleito do apelante se mostra absolutamente descabido.
5. No que se refere ao requisito da incapacidade, o laudo pericial de fls. 223/236, elaborado em 20/02/2015, e esclarecido às fls.258/259,

em 16/09/201587/97, atestou que não existe incapacidade laborativa do ponto de vista ortopédico, não há incapacidade para a vida civil, não há necessidade de ajuda de outros para a tarefa do dia a dia e não há necessidade de perícia em outra especialidade.

6. Matéria preliminar rejeitada. Apelação não provida" (fls. 340/341e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO/OMISSÃO/OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Ausentes quaisquer das hipóteses de cabimento a autorizar o provimento dos embargos.
2. O escopo de prequestionar a matéria para efeito de interposição de recurso especial ou extraordinário perde a relevância, em sede de embargos de declaração, se não demonstrada ocorrência de qualquer das hipóteses de cabimento previstas em lei.
3. Embargos de declaração rejeitados" (fl. 357e).

Sustenta a parte ora agravante em síntese, que:

"Cuida-se de agravo interposto contra a r. decisão de fls. que não admitiu o recurso especial interposto pela agravante, sob o fundamento de haver óbice sumular que impede a veiculação da matéria fático-probatória em recurso especial e não ter restado demonstrada a divergência jurisprudencial.

#### DO ACÓRDÃO RECORRIDO

O recurso especial foi interposto contra o v. acórdão de fls., que negou provimento ao apelo.

#### DOS LIMITES DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Primeiramente, impende observar que, no caso dos autos, houve uma indevida sobreposição entre o juízo de admissibilidade do recurso especial e o seu mérito.

Com efeito, o r. despacho que negou seguimento ao recurso especial é expresso ao dizer que o fazia pois encontra óbice sumular que impede a veiculação da matéria em recurso especial, que não permite o reexame de matéria fático-probatória, o que, data venia, constitui o próprio mérito do recurso, cuja competência para apreciação é deste egrégio Superior Tribunal de Justiça.

É suficiente para o juízo positivo de admissibilidade do recurso especial - com fundamento no artigo 105, III, 'a', CF/88 - que se

alegue adequadamente a contrariedade pelo acórdão recorrido de dispositivos de tratado ou lei federal. Sendo que o juízo de mérito do recurso, que é a compatibilidade ou não entre a decisão recorrida e os artigos de lei que se aduz terem sido violados, não cabe ao presidente do Tribunal a quo.

(...)

Portanto, com a devida vênia, o r. despacho denegatório extrapolou ao adentrar na análise do mérito do recurso especial, na medida em que apenas lhe cabia analisar se presentes os requisitos formais do recurso, isto é, se houve a alegação adequada de violação aos artigos de lei.

E, no caso em exame, a decisão agravada é expressa em reconhecer estarem presentes os requisitos de admissibilidade do Recurso Especial.

Ocorre que posteriormente a decisão agravada adentrou a apreciação do próprio mérito do recurso.

De qualquer modo, não merece prosperar o entendimento firmado no r. despacho denegatório, na medida em que o agravante logrou demonstrar, de forma fundamentada, que o v. acórdão, ao negar provimento ao recurso de apelação bem como o v. acórdão que negou provimento ao agravo interposto em face da decisão monocrática, violou diretamente legislação federal. Senão, vejamos:

(...)

#### DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO ESPECIAL

(...)

Assim é que, justifica-se a interposição do recurso especial, pois o Tribunal a quo, data venia, laborou em equívoco ao indeferir a concessão do benefício previdenciário a agravante, violando os artigos 42, 59 e 86 da Lei 8.213/91, bem como divergindo de entendimento jurisprudencial consolidado por outro Tribunal, qual seja, o egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Assim é que, o recurso interposto deve ser conhecido, pois preenchido o requisito de admissibilidade, a medida em que restou demonstrada pela recorrente, ora agravante, a violação a lei federal.

Ainda, **ao contrário da decisão agravada, a agravante esclareceu de forma explícita que não buscou, com a interposição do recurso especial, o reexame de prova, o que, é certo, encontra-se vedado, conforme jurisprudência consolidada desse colendo Superior Tribunal de Justiça (Súmula nº 07), mas, ao contrário, pretende que se dê a correta aplicação ao texto legal.**

Assim, novamente a r. decisão agravada merece ser reformada, pois evidente que não se pretende com a interposição do recurso especial o reexame de matéria fático-probatória.

Impende esclarecer, por oportuno, que **ao contrário do que consta da decisão agravada, buscou a agravante com a interposição do recurso especial, a adequada valoração da prova**, o que é admitido, conforme entendimento pacífico nesse egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme demonstra a ementa de acórdão que se transcreve:

(...)

Por outro lado, **fundamenta-se a interposição do recurso especial por interpretação divergente, o que restou devidamente comprovada nas decisões juntadas aos autos, bem como pela explanação feita nas razões recursais.**

Dessa forma, por qualquer ângulo que se analise a decisão agravada, tem-se por devida sua reforma, pois preenchidos estão todos os requisitos necessários a interposição do recurso especial.

#### DA VIOLAÇÃO A LEI FEDERAL

Neste item a recorrente reitera todo o conteúdo das razões recursais, requerendo seja parte integrante desta, para que possa ser analisada e apreciada após o conhecimento e provimento do presente agravo" (fls. 384/390e).

Requer, ao final, que o presente Agravo seja recebido e provido, com a reforma da r. decisão agravada e o consequente conhecimento e provimento do Recurso Especial.

Não foi apresentada Contraminuta.

A irresignação não merece conhecimento.

Do exame dos autos, verifica-se os fundamentos da decisão agravada, para inadmitir o Recurso Especial, são os seguintes:

"Cuida-se de recurso especial interposto pela parte autora contra acórdão proferido por órgão fracionário deste Tribunal Regional Federal, em ação ajuizada visando à concessão de benefício previdenciário.

DECIDO.

A presente impugnação não pode ser admitida.

É que se pretende, por meio deste recurso especial, revolver a questão afeta ao acerto ou equívoco na análise da prova da incapacidade do segurado, não sendo adequada a via estreita deste recurso excepcional para a modificação do entendimento firmado nas instâncias ordinárias quanto à existência ou inexistência da aventada incapacidade para o trabalho, ou ainda para se rediscutir o grau de incapacidade laboral (total ou parcial; permanente ou temporária) afirmado no acórdão recorrido à luz do exame do laudo pericial e das

demais provas amealhadas ao processo. Também não cabe o especial, outrossim, para assegurar reanálise da preexistência ou não de patologia ao tempo da filiação do segurado ao regime previdenciário, assim como para nova discussão acerca das provas da progressão ou agravamento da doença havida como incapacitante. A pretensão do recorrente, como afirmado, é matéria que não pode ser reapreciada pelas instâncias superiores, a teor do entendimento consolidado na Súmula nº 7 do C. Superior Tribunal de Justiça, 'verbis':

'A PRETENSÃO DE SIMPLES REEXAME DE PROVA NÃO ENSEJA RECURSO ESPECIAL'.

Ainda nesse sentido:

(...)

**Finalmente, descabe o recurso quanto à interposição pela alínea 'c', uma vez que a jurisprudência é pacífica no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.** Nesse sentido, v.g., AgRg no REsp 1.317.052/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 9/5/2013; AgRg nos EDcI no REsp 1.358.655/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 16/04/2013.

Ante o exposto, não admito o recurso especial" (fls. 379/383e).

A parte agravante, todavia, deixou de infirmar, especificamente, a decisão recorrida, isto é, deixou de se insurgir, fundamentadamente, quanto ao entendimento de que "descabe o recurso quanto à interposição pela alínea 'c', uma vez que a jurisprudência é pacífica no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto com base na qual deu solução à causa a Corte de origem"(fl. 382e).

Diante desse contexto, o presente Agravo em Recurso Especial não pode ser conhecido.

Com efeito, com o advento da Lei 12.322, de 09/09/2010, o Agravo de Instrumento contra decisão que não admite Recurso Especial passou a ser Agravo nos próprios autos. Porém, o legislador incorporou, ao texto legal, **o princípio da dialeticidade**, há muito sedimentado na jurisprudência desta Corte, com amparo na doutrina acerca do tema.

Assim, de acordo com o inciso I do § 4º do art. 544 do CPC/73, é dever da parte agravante atacar, **especificamente**, todos os fundamentos da decisão do Tribunal de origem que nega trânsito ao Recurso Especial, sob pena de não conhecimento de sua irresignação.

Esta Corte, com fundamento no citado dispositivo, bem como no princípio da dialeticidade recursal, vem aplicando, por analogia, a **Súmula 182/STJ** ao Agravo que não refute, de maneira específica, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o Recurso Especial. É o que se depreende da leitura dos seguintes julgados:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE NEGATIVA. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. VERBETE SUMULAR N. 182/STJ.** INCIDÊNCIA CONFIRMADA. EFEITO SUSPENSIVO. VIA INADEQUADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. **A teor do verbete n. 182 da Súmula desta Corte, é manifestamente inadmissível o agravo em recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão confrontada.**

(...)

3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 620.602/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 29/06/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. **DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.**

I – Não se conhece do agravo que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial, nos termos da Súmula 182 do STJ: 'É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada'.

II – O Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

III – Agravo Regimental improvido" (STJ, AgRg no Ag 1.368.414/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/03/2015).

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **FUNDAMENTOS DA DECISÃO MONOCRÁTICA NÃO REFUTADOS. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS. SÚMULA 182/STJ. OBRIGAÇÃO DE INFIRMAR TODOS ELES.**

**PRECEDENTE. RESOLUÇÃO N. 432 DO CONTRAN. NORMA INFRALEGAL NÃO ABRANGIDA PELO CONCEITO DE LEI FEDERAL. PRECEDENTE. ART. 306 DO CTB. ALTERAÇÃO PELA LEI N. 12.760/2012. ADMISSÃO DE OUTROS MEIOS DE PROVA. PRECEDENTE.**

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 811.800/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 17/03/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. LEI ESTADUAL N. 9.664/2012. LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. ALÍNEA 'C'. DISPOSITIVO DE LEI EM QUE TERIA OCORRIDO A DISSIDÊNCIA INTERPRETATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

**1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência, por analogia, da Súmula 182 do STJ.**

2. No agravo regimental, a agravante não impugna todas as razões da decisão agravada, limitando-se apenas a rebater a incidência da Súmula 284/STF.

**3. Nos termos do art. 544, § 4º, inciso I, do Código de Processo Civil, 'a parte deve impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, autônomos ou não, pois não existe identidade entre a lógica da Súmula n. 182/STJ e a Súmula n. 283 do STF, uma vez que o conhecimento, ainda que parcial do agravo em especial, obriga a corte a conhecer de todos os fundamentos do especial, inclusive os não impugnados de modo específico'. (AgRg no AREsp 68.639/GO, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 13/12/2011, DJe de 2/2/2012).**

Agravo regimental não conhecido" (STJ, AgRg no AREsp 450.558/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/02/2014).

O novo Código de Processo Civil ratificou tal entendimento, conforme se depreende do seu art. 932, III, **in verbis**:

"Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

**III. não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;**

(...)"

Assim, se a lei estabelece pressupostos ou requisitos para a admissibilidade

do recurso – no particular, o art. 932, III, do CPC/2015 determina a necessidade de impugnação específica aos fundamentos da decisão que inadmitir o Recurso Especial –, cabe à parte proceder em estrito cumprimento às determinações legais.

De fato, "não se pode desconhecer os pressupostos de admissibilidade do recurso. O aspecto formal é importante em matéria processual não por obséquio ao formalismo, mas para segurança das partes e resguardo do *due process of law*" (STJ, AgRg no Ag 427.696/RJ, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, DJU de 12/08/2002).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **não conheço** do presente Agravo em Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora